

Procuradoria-Geral de Justiça  
Colégio de Procuradores de Justiça

**ATA DA 3ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, DO DIA 11 DE SETEMBRO DE 2020, REALIZADA EM AMBIENTE VIRTUAL.**

Aos 11 (onze) dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, às 09 horas, por meio virtual, reuniu-se extraordinariamente o Colégio de Procuradores de Justiça, sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Procuradora-Geral de Justiça **Carmelina Maria Mendes de Moura**. Presentes os Procuradores de Justiça **Antônio Gonçalves Vieira, Teresinha de Jesus Marques, Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues, Antônio Ivan e Silva, Martha Celina de Oliveira Nunes, Rosângela de Fátima Loureiro Mendes, Catarina Gadêlha Malta de Moura Rufino, Lenir Gomes dos Santos Galvão, Hosaias Matos de Oliveira, Fernando Melo Ferro Gomes, José Ribamar da Costa Assunção, Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando, Aristides Silva Pinheiro, Luis Francisco Ribeiro e Clotildes Costa Carvalho**. Ausentes, justificadamente, os Procuradores de Justiça **Antônio de Pádua Ferreira Linhares (férias), Alípio de Santana Ribeiro (justificativa), Teresinha de Jesus Moura Borges Campos (justificativa), Zélia Saraiva Lima (justificativa) e Hugo de Sousa Cardoso (justificativa)**. A Presidente cumprimentou os presentes e, verificando o quórum regimental, declarou aberta a sessão, desejando trabalhos prósperos e exitosos. Justificou a ausência das Procuradoras de Justiça Teresinha de Jesus Moura Borges Campos e Zélia Saraiva Lima. Registrou a presença da Promotora de Justiça Cléia Cristina Pereira Januário Fernandes, Assessora de Planejamento e Chefe de Gabinete, representando a Comissão do Orçamento. Em seguida, a Presidente anunciou que a presente pauta trata da **Apresentação e Deliberação da Proposta Orçamentária do Ministério Público do Estado do Piauí para o exercício 2021 (Lei Complementar nº 12/93, art. 16, inciso III e art. 3º, inciso III, do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça)**. Inicialmente a Procuradora-Geral informou que foi encaminhada previamente a cada membro do Colegiado os detalhes da respectiva proposta e, em seguida fez a apresentação das atividades relativas à execução do orçamento do ano de 2020, falando sobre o Plano Geral de Atuação - PGA, que é um plano para o desenvolvimento de projetos e ações durante um biênio, no presente caso 2020-2021, com a atuação do Ministério Público com foco em resultados; falou sobre a decretação da pandemia e seus impactos, bem como a instituição de normas

**Procuradoria-Geral de Justiça  
Colégio de Procuradores de Justiça**

a fim de se adequar ao momento ímpar em que todos estão vivenciando; destacou a aprovação pelo Colégio de Procuradores da resolução que criou as Promotorias de Justiça regionais integradas no acompanhamento da covid-19; falou sobre o cenário econômico, explicando que houve uma articulação a partir do governo do Estado, juntamente com os demais poderes, sobre o contingenciamento financeiro no sentido de diminuir 5% no repasse dos poderes, incluindo o Ministério Público, no período de abril a junho; ressaltou a importância das ações do Comitê de Saúde e Qualidade de Vida - SQVT, cada vez mais fortalecidas e presentes nesse momento de pandemia, com a realização de diversas atividades; disse que o plano de retorno foi bem planejado, com sistemática de biossegurança, orientado ao cuidado com os integrantes e todos aqueles que buscam atendimento; informou sobre a adesão do MP ao novo mapa estratégico do CNMP, o qual é ousado e inovador, que tem como destaque a transversalidade; falou sobre o retorno gradual ao trabalho presencial, explicando sobre o modelo híbrido (presencial e virtual) em que o presencial é organizado por meio de escalas com horário reduzido e, ao mesmo tempo, o virtual continuando com as atividades no teletrabalho; falou sobre o legado da crise para o Ministério Público, destacando a atuação de membros e servidores do MP em prol da sociedade durante a pandemia do novo coronavírus, demonstrando-a por meio de dados numéricos; e relacionou os principais aprendizados para o futuro do MP-PI. Continuando, a Procuradora-Geral apresentou a comissão instituída para elaboração da proposta orçamentária 2021 do MP-PI, que é presidida por esta Procuradora-Geral, tendo como integrantes o Procurador de Justiça Antônio Gonçalves Vieira, a Promotora de Justiça Cléia Cristina Pereira Januário Fernandes, Assessora de Planejamento e Gestão, a Promotora de Justiça Flávia Gomes Cordeiro, o Procurador de Justiça Hugo de Sousa Cardoso, Presidente da Associação Piauiense do Ministério Público, o Presidente do Sindicato dos Servidores do Ministério Público, José Arimatéa Marques Arêa Leão Costa e os analistas ministeriais Ítalo Silva Vaz e Clériston de Castro Ramos. Na sequência, a Presidente fez um breve histórico do orçamento do MP-PI no período de 2014 a 2020, bem como apresentou um quadro sobre a evolução do orçamento dos três poderes em relação ao Ministério Público e a Defensoria Pública. Por fim, a Presidente apresentou a proposta orçamentária para 2021 no percentual de 10,40%, com o intuito de que cada vez mais se fortaleça a instituição. Agradeceu a cada integrante da comissão por todo trabalho profícuo realizado, pela experiência agregada e a soma de esforços. Em seguida, a Presidente abriu espaço ao Colegiado para

**Procuradoria-Geral de Justiça**  
**Colégio de Procuradores de Justiça**

manifestações e esclarecimentos que se fizessem necessários. Após, iniciou-se a votação seguindo a ordem de antiguidade. Quando da votação, o Procurador de Justiça Fernando Melo Ferro Gomes sugeriu que o material da presente proposta seja encartado e encaminhado para cada Deputado conferir a atuação do MP-PI nos diversos setores. Que seja encaminhado, também, à SEPLAN e ao Governador do Estado, para mostrar o que o MP fez, e fez bem feito, em prol da sociedade durante esse período, incluindo-se números alvissareiros da atuação ministerial durante a pandemia, em que o Ministério Público se destacou diante da sociedade e de outras instituições. A Presidente acolheu a sugestão, acrescentando que esse material seja encaminhado também à Assembleia Legislativa, assim como acolheu a sugestão apresentada na reunião administrativa com este Colegiado, ocorrida anteriormente, no sentido de que seja constituída uma comissão para, juntamente com a comissão do orçamento, realize de forma mais forte e unida uma articulação perante a Assembleia. O Dr. Fernando sugeriu, ainda, que a comunicação social do MP se encarregue de noticiar as boas novas do Ministério Público por meio de entrevista nos canais de televisão e demais mídias, pugnando por um orçamento justo, o que foi acolhido pelo Colegiado. O Procurador de Justiça José Ribamar da Costa Assunção observou que houve um decréscimo entre a proposta do ano anterior e a desse ano, de forma que ele não vê a proposta arrojada. Ademais, entende que não se pode propor o mínimo, e sim, um pouco mais, porém, obedecendo a Lei de Responsabilidade Fiscal. Apesar das observações, o Dr. Assunção se irmana com a primeira sugestão apresentada pelo Dr. Fernando, lamentando que seja uma proposta mínima. A Procuradora de Justiça Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando sugeriu que fosse feita uma exposição de motivos demonstrando todo o trabalho da administração, sobretudo em tempos de pandemia, como a reinvenção do MP e a prestação do serviço realizado em prol da coletividade. A Procuradora-Geral acolheu a sugestão. Concluída a votação, a Presidente registrou a ausência justificada do Procurador de Justiça Hugo de Sousa Cardoso e, na sequência, proclamou o resultado: o Colégio de Procuradores aprovou, a unanimidade, a proposta orçamentária do Ministério Público do Estado do Piauí para o exercício 2021, nos termos do material encaminhado e deliberado. Após, a Procuradora-Geral parabenizou o Colégio pela sensibilidade e contribuição, ressaltando que deseja contar com a força do Colegiado, inclusive quanto à sugestão do Dr. Fernando relativa ao trabalho junto a Assembleia Legislativa, e divulgação perante a sociedade por meio da imprensa. Antes de encerrar a sessão, a Presidente esclareceu o equívoco de não ter aprovado a ata da sessão anterior

**Procuradoria-Geral de Justiça  
Colégio de Procuradores de Justiça**

logo no início dos trabalhos, submetendo-a a apreciação. A ata foi aprovada sem retificação. A Presidente agradeceu a todos e encerrou com imensa alegria por essa sessão próspera, desejando a todos sucesso e êxito. Registre-se que as deliberações da presente sessão foram tomadas em ambiente virtual. Nada mais havendo a ser tratado, a Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão virtual, e para constar, eu, Catarina Gadêlha Malta de Moura Rufino, Procuradora de Justiça e Secretária do Colégio de Procuradores de Justiça, lavrei a presente ata, que lida e aprovada vai assinada pelos presentes. Teresina, 11 de setembro de dois mil e vinte.